

# XII

## ENTRELAÇAMENTOS ENTRE PATRIARCADO, GÊNERO E DESIGUALDADES CONTRA A MULHER NO CONTEXTO ESCOLAR

*Eliane Alves de Oliveira*

*Maria de Fátima de Andrade Ferreira*

### **Introdução**

Neste capítulo falamos sobre os entrelaçamentos entre patriarcado, gênero e desigualdades contra a mulher no contexto escolar”, buscando uma definição desses conceitos à luz de estudos e pesquisas de autores que tratam de ampliar o debate sobre o tema, com o propósito de atualizar e contribuir com reflexões críticas sobre as relações entre meninos e meninas, formas de ser homem e de ser mulher e as diferentes formas da escola lidar com essas questões entre alunos e alunas.

Connell (2013), Carvalho (2001, 2003), Rezende e Carvalho (2012); Louro (1998) apontam a importância dos estudos sobre a discriminação entre os sexos e destacam a necessidade de combater o sexismo, as representações do masculino e do feminino e os lugares sociais previstos para cada um deles no espaço escolar, pois favorecem as concepções de masculinidades e a violência contra a mulher. Além disso, a questão das desigualdades de gênero é um problema que precisa ser observado nas relações entre meninos e meninas no contexto escolar e social, considerando os discursos carregados de sentidos sobre os gêneros que são veiculados nos ambientes de aprendizagens e de socialização e constituição de subjetividades.

As categorias homem e mulher, menino e menina, masculino e feminino são construídas socialmente e por meio da linguagem aprendemos a dividir, a separar “o nosso universo em categorias. As palavras denominam as coisas, mas também fazem com que as agrupemos de uma determinada maneira em nosso pensamento” (Moreno, 1999, p. 14) e, assim, aprendemos e reproduzimos a maneira de ver e de estar no mundo. Assim, como explica a autora, a linguagem reflete o sistema de pensamento coletivo e, com ele transmitimos uma grande parte do modo de pensar, sentir, agir, atuar de cada grupo social e da sociedade, de modo inconsciente. Desse modo, ao ingressar na escola, meninos e meninas “já sabem qual é a sua identidade sexual e qual é o papel que, como tais, lhes corresponde, ainda que não tenham muito claro o alcance e o significado deste conceito, assim como o de tantos outros”, lembra Moreno (1999, p. 16). Com isso, tornam questionáveis as práticas e as formas de sentido mantidas pelo patriarcado, um modelo euroheterossexual, heteronormativo, de masculinidade hegemônica, autoritária, hierárquica e de subordinação-submissão perversa, que marca as desigualdades de gênero. Sabemos que os termos masculinidade e feminilidade vêm ao longo dos tempos históricos e, em diferentes contextos sociais, sendo questionados e diversas provocações surgem a esse respeito, inclusive sobre entrelaçamentos entre gênero, raça/etnia nas práticas patriarcais.

Sobre esse entrelaçamento, Saffioti (2004, p. 43) lembra que, como a teoria “é importante para que se possam operar transformações profundas na sociedade, constitui tarefa urgente das teóricas feministas a indagação: a quem serve a teoria de gênero utilizada em substituição à do patriarcado?”. Essa provocação é muito importante, principalmente porque o modelo euroheterossexual, autoritário, de primazia masculina, ainda permanece influenciando as relações de gênero, que sob dominação-subordinação procuram situar as mulheres na sua engrenagem perversa, ditando condições de desigualdades entre a mulher e o homem. Assim, mulheres e homens são tratados de modos diferentes na sociedade brasileira e, na escola, pois essa instituição de ensino não é uma ilha, acolhe valores, atitudes e comportamentos aceitos pelo espaço social onde está inserida. Portanto, a educação dentro da sociedade contemporânea deve ser pensada e, além disso, é preciso tomar cuidado com o que se deve ensinar na escola, deixando de reproduzir sempre o que já se ensina sobre gênero, masculinidades e feminilidades, o que é ser menino e ser menina e de atribuir lugar de homem e lugar de mulher. A igualdade só pode ser adquirida por meio da conquista e não por ordem patriarcal, tanto para mulheres como para homens.

Cabe lembrar e frisar que, os termos masculinidade e feminilidade dizem respeito a uma categorização de atividade, de ações, de gestos e atos que são considerados normais para homens e mulheres representarem. Então, feminilidade é o que se diz de “coisas” de mulheres e masculinidade é o que se diz “coisas” de homem. Por que os homens têm que mostrar coragem, força, determinação e as mulheres fragilidades, docilidades, dependência e serem tratados de modos diferentes na sociedade, de acordo com o sexo ao qual pertencem – masculino e feminino? Qual a razão para quando há o desenvolvimento de um ato ou de uma ação que é considerado normal para esse sexo ou para o outro tem-se um grande problema porque a sociedade considera essas variações como anormais, inadequadas, erradas. A feminilidade e a masculinidade dizem respeito às características ou qualidades que são atribuídas social e historicamente a homens e mulheres.

No dicionário de Bueno (2016, p. 369), o feminino é o oposto do masculino, refere-se a tudo que é relativo à mulher, mulheril. No entanto, é possível perceber que não se trata somente da categorização de atividades ou de qualidades. Uma sociedade que diz que tais coisas ou tais ações são inferiores ou superiores, muitas vezes, as ações consideradas inferiores são atribuídas às mulheres e superiores são atribuídas aos homens. Mas, é claro que “como a sociedade sofre, permanentemente, transformações, o *patriarcado* também processa as suas. Não há fenômeno social estático. Por que haveria de sê-lo a *ordem patriarcal de gênero*? (Saffioti, 2004, p. 50).

Além disso, cabe destacar, como afirma Souza (2005, p. 60), que “o lugar e a condição dos homens e das mulheres no mundo ocidental contemporâneo vêm sendo muito discutidos”. Essa não é uma novidade. “Tradicionalmente a construção do que é ser homem, contraposta ao que é ser mulher, tem sido hegemonicamente associada a um conjunto de ideias e práticas que identificam essa identidade à virilidade, à força e ao poder advindos da própria constituição biológica sexual” (p. 60).

Para Scott (1995, p. 82), os desejos reprimidos estão presentes no inconsciente e constituem uma ameaça permanente à estabilidade da identificação de gênero, negando sua unidade, subvertendo sua necessidade de segurança. Por isso, antes de agir é preciso pensar no seu desejo, mas também, na condição ou na forma pela qual homens e mulheres são estimulados a existir dentro da sociedade, pois sabe que fugindo dos comportamentos

naturais sofrerão repressão. Essa é uma contribuição importante de Scott (1995) para pensar em gênero e não em um binarismo sexual, pensar justamente que essas diferenças são socialmente construídas. Significa que ser mulher na sociedade implica ter comportamento tal qual a sociedade espera, porque do ponto de vista histórico-social a coisa foi construída dessa maneira. Não significa que é uma característica inerente e/ou biologicamente fundada à mulher ou ao homem.

Para Connell e Messerschmidt (2013, p. 267), “corpos são tão objeto da prática social quanto agentes da prática social. Os mesmos corpos, ao mesmo tempo, são ambos”. Por isso, à luz desse entendimento, é importante destacar que o sexo não é só parte genital do corpo (Scott, 1995; Butler, 2010). Sendo que, as práticas nas quais os corpos “estão envolvidos formam estruturas sociais e trajetórias pessoais, as quais, em retorno, fornecem as condições para novas práticas que dirigem para os corpos. Há um *loop*, um circuito, ligado a processos corporais e estruturas sociais” (Connell; Messerschmidt, 2013, p. 267) e, assim, nessa perspectiva, é clara a necessidade de perceber o corpo tanto como agente e paciente das práticas sociais a ele impostas. Um elemento ativo e passivo das construções sociais.

De acordo com esse entendimento, quando se faz uma análise histórica e se procura compreender do ponto de vista subjetivo como as pessoas constroem as suas identidades, a partir de que lugar elas se inserem no processo político, torna-se absolutamente relevante considerar a categoria mulher. É no corpo que se escreve essa diferença e, por meio do qual se estabelecem modos de tratamento distintos para mulheres e homens na sociedade e coloca a mulher como um importante objeto de dominação. Logo, é preciso olhar para as condições por meio das quais o corpo da mulher vai ser compreendido, significado e dominado dentro da sociedade. E quando se traz essa categoria para discussão, é importante enfatizar a importância que o corpo tem dentro desses processos sociais, históricos psicológicos e políticos.

Enfim, para melhor compreensão sobre os “Entrelaçamentos entre patriarcado, gênero e desigualdades na escola” é preciso entender de que modo essas questões se mentem na sociedade contemporânea e, para tanto, este texto foi subdividido em três partes e essa introdução. A primeira, é uma reflexão sobre o “Patriarcado: reprodução de preconceitos, desigualdades e exclusão nas relações sociais de gênero” e busca frisar o elo entre patriarcado, patrimonialismo, machismo, racismo e misoginia na sociedade brasileira, destacando alguns apontamentos na tentativa de mostrar as confluências entre eles e, de que modo esses modelos agem e se mantêm na nossa sociedade e na escola. Como também, criam ideias que se acostumam a atribuir às mulheres e que se justificam por pertencerem ao sexo feminino e aos homens por pertencerem ao sexo masculino, colocando “coisas que são para machos” e “coisas que são para fêmeas”. No segundo, tratamos de uma breve reflexão sobre “Entrelaçamentos de desigualdades de gênero, raça/etnia e classe social” e, por último, as mostramos as considerações finais.

## **Patriarcado: reprodução de preconceitos, desigualdades e exclusão nas relações sociais de gênero**

Para falar do patriarcado e de suas ações na reprodução de preconceitos, desigualdades e exclusão nas relações sociais de gênero na sociedade brasileira e, aqui, especificamente entre homens e mulheres, é fundamental focar no elo entre patriarcado,

patrimonialismo, racismo, machismo e misoginia. Pois, é preciso entender que essa é uma realidade marcada pelo sistema capitalista brasileiro e, neste cenário, a violência de gênero, entrelaçada a raça/etnia e classe provocam desigualdades e ditam privilégios na sociedade patriarcal e autoritária, desde a sua formação colonial e, assim, estabelecem normas para lugar de mulher e lugar de homem, o que é ser menina e ser menino, ser homem e ser mulher, no sistema de práticas patriarcais.

bell hooks (2004), em sua obra *A vontade de Mudar*, mostra uma discussão sobre de que modo é possível definir o patriarcado e, especificamente no capítulo *Compreendendo o patriarcado*, faz uma crítica a esse sistema e os privilégios da supremacia branca, imperialista, patriarcal, capitalista, inclusive lembra dos impactos negativos do patriarcado também nos homens, principalmente nos homens negros e destaca as vitórias que os homens brancos tem como privilégios da branquitude, da identidade branca. Assim, a autora (2004) traz uma questão relevante para mostrar que o patriarcado produz insanidades também nos homens porque se acostumam ao empobrecimento emocional, isto é, uma impossibilidade de bem-estar emocional que não é mais atingível porque tem um círculo vicioso de uma linguagem da violência. O que a autora quer dizer não é obviamente que os homens não são responsáveis, mas coloca o patriarcado como um problema para homens e mulheres, um problema para todas as pessoas, especialmente para aquelas que têm uma identidade masculina que opera como controle e opressão.

No campo de gênero, como lembra Saffioti (2004, p. 50), os homens como categoria social “têm liberdade quase absoluta, desfrutam de autonomia, conceito político, coletivo, cujo significado é não necessitar pedir licença à outra categoria de sexo para realizar seus projetos, afetos e desejos. Já as mulheres como categoria social precisam solicitar autorização à primeira categoria”. Sobre esse entendimento podemos citar um exemplo simples para explicar essa questão: a racionalidade muitas vezes é vista como uma característica masculina. Logo, uma pessoa “racional” é mais bem vista pela sociedade do que uma pessoa mais “emocional”. A pessoa emotiva é vista de modo negativo e tomada como descontrolada, que não controla suas emoções e/ou pensamentos, é explosiva, cega-se diante de uma determinada situação ou conflito. Esse é sempre um comportamento atribuído às mulheres. Por que haveria se sê-lo? Um outro problema em relação às masculinidades e feminilidades é que essas características que são construídas social e historicamente muitas vezes são vistas como naturais, como se naturalmente a mulher fosse mais emotiva e naturalmente o homem fosse mais racional (Rippon, 2021). Desse modo, sob a “ordem patriarcal de gênero”, a tentativa é de explicar que o homem é mais racional e a mulher mais emotiva numa perspectiva científica. Daí, a dificuldade de desconstruir as masculinidades e feminilidades construídas também nessa perspectiva. Contudo, muitos estudos já apontam que as características relacionadas a masculinidades e feminilidades não tem nenhuma ligação comprovada como natural. São construções sociais e históricas e que são vistas como naturalizadas.

Basta pensar como o homem é socializado. O menino tem uma educação para a violência, deve mostrar força, coragem, e, na escola, por exemplo, quando tem um desentendimento com o colega, é mais estimulado a brigar ou a resolver seus conflitos corpo a corpo e, assim, muitas vezes, é motivado a resolver o problema fisicamente, empregando a força, a agressividade. A menina recebe muito mais proteção em relação aos conflitos sociais ou mesmo quando os conflitos ocorrem no espaço da escola. O menino é estimulado a

participar e a assistir esportes, corridas, jogos e lutas que exigem um combate físico. Logo, é motivado para uma vivência de violência mais do que a menina (Souza, 2005). Isso vai fazer com que o aluno na vida adulta tenha um comportamento agressivo, violento, reflexo do modo pelo qual foi socializado, educado, ensinado, não porque o homem ou o menino é naturalmente mais agressivo, tem mais disposição para a violência do que a menina. Esse processo de existir dentro de uma sociedade que determina o modo como os sujeitos devem se comportar, os lugares que esses sujeitos devem frequentar torna-se extremamente conflitante, justamente porque tanto o homem quanto a mulher quando percebem que não estão representando tão bem assim esse papel, a mulher não está sendo tão feminina ou o menino não está sendo tão masculino, o que está em jogo é o desejo desse indivíduo em oposição ao que a sociedade impõe. Portanto, é preciso frisar que

A discussão acerca das desigualdades entre homens e mulheres, como sabemos, não é recente, muito pelo contrário: dos gregos antigos até bem pouco tempo atrás, acreditávamos que a mulher era um ser inferior na escala metafísica que dividia os seres humanos, e, por isso, os homens detinham o direito de exercer uma vida pública. Às mulheres, sempre foi reservado um lugar de menor destaque, seus direitos e seus deveres estavam sempre voltados para a criação dos filhos e os cuidados do lar, portanto, para a vida privada, e, durante o século das luzes, quem julgasse se apossar da igualdade estabelecida pela Revolução Francesa para galgar espaços na vida pública teria como destino a morte certa na guilhotina. Muitas mulheres que tentaram reivindicar seus direitos de cidadania tiveram esse destino (Silva, 2010, p. 557).

Essa é uma questão que se arrasta ao longo dos tempos históricos de modo diverso em diferentes sociedades humanas. No Brasil, é reforçada pelo patriarcado brasileiro, construído junto à estrutura colonial e império euroheterossexual, patrimonial e classista da nossa sociedade. Para Stearns (2007, p. 34).

A força do patriarcado caiu sobre as mulheres, mas obviamente afetou também as definições de masculinidade. Os homens, independentemente da personalidade de cada um, deveriam assumir seus papéis de dominantes. Deviam evitar mimar as mulheres, especialmente em público. Com frequência, precisavam estar prontos a assumir deveres militares ou outro tipo de liderança e, em princípio, eram evidentemente responsáveis pela sobrevivência da família.

O argumento de bell hooks (2004) corrobora com a ideia de Stearns (2007), quando faz crítica ao patriarcado enquanto estrutura que é responsável por um tipo de impedimento do bem-estar afetivo, da possibilidade dos homens se entregarem à experiência amorosa e não trabalharem com outros sentimentos e emoções que não só a hostilidade, que não só a violência. Para hooks (2004), é na cultura da violência masculina que está presente o patriarcado. E, em “O poder do macho”, Saffioti (1987, p. 47) destaca que:

Calcula-se que o homem haja estabelecido seu domínio sobre a mulher há cerca de seis milênios. São múltiplos os planos da existência cotidiana em que se observa esta dominação. Um nível extremamente significativo deste fenômeno diz respeito ao poder político. Em termos muito simples, isto

quer dizer que os homens tomam as grandes decisões que afetam a vida de um povo.

Essa afirmação da autora (1987) é muito útil para pensar que existe uma construção histórica dessa estrutura e, de algum modo, aponta que essa estrutura sempre existiu em outras sociedades, em outras culturas. Então, seria relevante dizer que o patriarcado, o sexismo, a misoginia e o racismo são impedimentos para a experiência amorosa. Essas reflexões auxiliam entender que para o amor se manifestar no sentido da parceria, do companheirismo, é preciso enfrentar o patriarcado, a opressão de gênero e, conseqüentemente, enfrentar o racismo que promove uma injustiça cognitiva, em relação aos repertórios de visão de mundo que vai criando um modelo único, fechado, válido em todas as culturas, tempos, épocas e circunstâncias. Há de se reconhecer que gênero, raça/etnia, racismo e sexo se encontram entrelaçados nas relações sociais, de gênero, étnico-raciais, entremeados nas violências de gênero, na violência contra mulheres, sobretudo as mulheres negras, as domésticas e, em geral as mulheres pobres e, mais diretamente pobres e negras, são vistas como dependentes, “parideiras”, com menor grau de escolaridade, renda familiar inferior, pois, é necessário lembrar que convivemos com um racismo estrutural e estruturante.

Kendi (2020, p. 253) destaca que

Raça e racismo são constructos de poder do mundo moderno. Por cerca de 200 mil anos, antes de raça e racismo serem construídos no século XV, os humanos viam a cor de pele, mas não agrupavam as cores em raças continentais, não atribuíam características positivas e negativas a esses tons de pele e tampouco classificavam as raças para justificar a desigualdade racial, para reforçar o poder e as políticas racistas. O racismo não tem nem 600 anos de idade. É um câncer que descobrimos cedo.

Raça continua sendo um conceito apropriado pelos grupos que, na história e politicamente, foram dominados pelo discurso racista. Assim, o termo raça, em regra, foi utilizado para caracterizar grupos que possuem em comum características físicas como cor da pele e textura do cabelo. Já o termo etnia tem seu conceito relacionado a língua, religião, território e parentesco, uma definição mais ampla, que também considera as características físicas. De modo ideológico e perverso o termo raça foi colocado ao âmbito biológico, referindo-se a seres humanos, utilizado historicamente para identificar categorias humanas socialmente definidas (Santos *et al.*, 2010). Com a intenção de combater preconceitos e lutar pela cidadania, alguns grupos se destacam, principalmente o Movimento Negro, e começaram a falar que são raça negra sim, uma raça não biológica, mas sim política. Desse modo, esses movimentos afirmam a positividade da identidade negra no Brasil. Na década de 70, uma nova categoria foi mobilizada para explicar certos fenômenos socioculturais, mas também, que acabam dialogando com a ideia de raça. É o conceito de etnia que muitas vezes é mobilizado para trazer uma roupagem para justificar perspectivas que continuam sendo racistas (Munanga, 2003). Do mesmo modo, Santos e outros autores (2010) chamam a atenção para as diferenças do conceito de raça e etnia, vistos, muitas vezes, como sinônimos. e procuram buscar uma definição mais precisa para os dois termos. Nessa perspectiva, etnia refere-se ao âmbito cultural; um grupo étnico é uma comunidade humana definida por afinidades linguísticas, culturais e semelhanças genéticas e lembram que,

Apesar do conceito de raça estar muitas vezes associado ao de etnia, os termos não são sinônimos. Enquanto raça engloba características fenotípicas, como a cor da pele, a etnia também compreende fatores culturais, como a nacionalidade, afiliação tribal, religião, língua e as tradições de um determinado grupo (Santos *et al.*, 2010, p. 123).

Munanga (2003) também chama a atenção sobre esses termos e afirma que o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A ideia de “negro” e de “branco” são diferenciações baseadas em critérios morfológicos e, baseadas nesse critério, raça é um conceito que tem na história uma forte relação de poder e com o passar dos tempos históricos, foi um termo solidificado numa estrutura de uma sociedade desigual e, por isso, é muito difícil quebrá-lo, diz Munanga (2003). A palavra raça tem origem na Biologia para classificar os seres vivos e, posteriormente, através das teorias raciais, é aplicado aos seres humanos para explicar a humanidade, a racionalidade no mundo moderno e, através da visão eurocêntrica, capitalista e escravista mostrar o porquê que justifica que as populações negras não estavam desenvolvidas tal qual as brancas. Essa análise preconceituosa e eurocêntrica foi uma tentativa das teorias científicas para “cientificar”, criar uma justificativa para desigualdades raciais entre brancos, negros, não brancos. Nesse sentido, o conceito raça começa a ser aplicado e as diferentes grupos humanos que passaram a serem classificados a partir de suas diferenças genéticas, como brancas superiores ou negras inferiores, baseadas em análises fenotípicas, corpóreas, físicas, externas. A partir dessa ideia foi justificado que existiam entre brancos e negros, uma seleção natural; e a seleção natural partiria da sobrevivência dos mais aptos que seriam justamente a dos povos brancos que prevaleceriam. Contudo, é fundamental entender que,

Raça refere-se ao âmbito biológico; referindo-se a seres humanos, é um termo que foi utilizado historicamente para identificar categorias humanas socialmente definidas. As diferenças mais comuns referem-se à cor de pele, tipo de cabelo, conformação facial e cranial, ancestralidade e genética. Portanto, a cor da pele, amplamente utilizada como característica racial, constitui apenas uma das características que compõem uma raça. Entretanto, apesar do uso frequente na Ortodontia, um conceito crescente advoga que a cor da pele não determina a ancestralidade, principalmente nas populações brasileiras, altamente miscigenadas (Santos *et al.*, 2010, p. 123).

Sendo que, o termo etnia é definido como o conjunto de características e costumes comuns de um determinado grupo, sejam elas culturais, de hábitos, valores, de elementos e identidades em comum e podem até carregar alguma característica fenotípica, mas essa característica não é baseada na diferenciação social dos indivíduos. Portanto, a palavra etnia está relacionada à noção de etnicidade e refere-se “ao âmbito cultural; um grupo étnico é uma comunidade humana definida por afinidades linguísticas, culturais e semelhanças genéticas. Essas comunidades geralmente reclamam para si uma estrutura social, política e um território (Santos *et al.*, 2010, p. 123). A etnicidade é entendida, nesse contexto, como todos os costumes comuns, refere-se a tradições, língua, elementos de cultura, características religiosas que podem também carregar o elemento fenotípico, mas isso não é biológico.

Portanto, o conceito de etnicidade está desvinculado completamente de qualquer ideia de naturalização, alguma ideia biológica sobre as divisões entre os seres humanos. Além disso, é importante destacar que, classificando as diferenças cria-se o etnocentrismo. E, também, o conceito raça desde os anos de 1950 já começa a entrar em desuso nas Ciências Sociais e está em desuso, com a intenção clara de romper com o racismo, uma das piores formas de violência que ainda persiste na humanidade (Santos et al., 2010).

Para Saffioti (2004, p. 51), as três hastes do tripé gênero, raça/etnia e classe social tem, cada uma, sua própria ideologia, mas os homens, burgueses brancos, “necessitam de suas ideologias e de uma mais global, do tripé como um todo, para convencer seus explorados-dominados”. Para tratar dessas ideologias e do padrão empregado pelas sociedades para dizer o que é ser homem e o que é ser mulher e combater preconceitos e discriminação de gênero, machismo, misoginia, é preciso entender que homens e mulheres são indivíduos-sujeitos históricos e, desde que nascem aprendem a viver de determinada forma, a seguir determinadas normas de uma sociedade. Portanto, quando se fala em masculinidades, é importante analisar o termo de forma plural, pois existem muitas formas de construção do ser masculino. A masculinidade hegemônica patriarcal, apelidada de “masculinidade tóxica”, conecta as pessoas às relações de poder e à hierarquia, que coloca o feminino e tudo relacionado a ele como algo negativo, passível de ser controlado, dominado, subordinado, anulado e considera o homem como poder máximo, central, o que deve/pode tomar decisões. Essa é a visão da sociedade patriarcal e, assim,

(...) fica evidente a força do machismo por trás do discurso de dominação, onde os homens controlam os espaços públicos (educação, trabalho e política, por exemplo) e às mulheres resta o espaço privado (unidade doméstica). Ao homem ficam atribuídas as características de força, virilidade, posse e autoridade e à mulher: emoção, passividade, fragilidade e submissão (Balbinotti, 2018, p. 260).

Sobre essa questão, para discutir masculinidades, violência de gênero, machismo e sexismo, é preciso entender que essas são construções estruturantes na/da sociedade e as reproduções do machismo são percebidas cotidianamente contra as mulheres em diversas situações, a exemplo, da violência verbal, do descrédito e da agressividade e devem ser consideradas como um conjunto de problemas sociais que precisa ser debatido porque faz parte da sociedade como um todo, atravessa todos os setores, grupos, espaços, ambientes, lugares, cores, classes, dentre outros. Outra questão é que nem sempre é fácil identificar a misoginia no cotidiano, pois, é essa prática é possível de ser identificada quando a mulher começa a entender que não é natural uma pessoa gritar com ela, fazer piada na presença de outras pessoas, e começa a criar consciência das situações e a fazer melhores escolhas. A misoginia é a repulsa, o desprezo ou o ódio praticado contra mulheres e uma forma de aversão que resulta de uma visão sexista, aquela que coloca a mulher numa posição de inferioridade em relação aos homens. Essa prática é tão grave que chega a ser responsável por grande parte dos assassinatos das mulheres, dos feminicídios e das agressões físicas, verbais e psicológicas sofridos por elas, de abusos sexuais, torturas e perseguições que podem acontecer em qualquer lugar, nos restaurantes, na rua, dentro de casa ou até mesmo no ambiente escolar. Algo que já é bem comum também nas redes sociais. É importante ressaltar que toda base de violência contra a mulher vem de uma cultura patriarcal, misógina e

machista, e acaba sendo essencialmente a base de todo tipo de violência contra a mulher. Pois, a sociedade patriarcal e patrimonialista como a brasileira é violenta contra a mulher, é machista, misógina, homofóbica, autoritária e racista. E a escola não fica fora disso.

Para Gaioli e Brancaleoni (2021, p. 6),

A instituição escolar, assim como todos os aspectos que envolvem a experiência no ensino, apresenta dificuldades com relação às questões de sexualidade e gênero, e, além de não se mostrar eficiente em combater os problemas da homofobia, consolida a produção de valores heteronormativos.

Enfim, por se mostrar ineficiente no combate a essas questões, na escola se reproduz essa ideia e os docentes, em sua maioria, desconhecem e se confundem ao falar de gênero e sexualidade. Acreditam que falar de gênero é o mesmo que falar de sexualidade. Assim, sexualidade, desejos, afetos e corpo são termos proibidos na/pela/dentro da escola, e não entendem que masculinidades e feminilidades são campos comportamentais, construídos socialmente e que podem ser construídos por homens e mulheres. Além disso, a escola apresenta também o dilema entre espaço público e espaço privado, por isso, é preciso buscar conceitos, concepções e definições de espaço público e privado, trazendo para a discussão as formas de reprodução de preconceitos, desigualdades e exclusão de gênero nesses espaços e procurar saber e entender de que modo essas questões permanecem presentes nas relações sociais de gênero no Brasil e que são reproduzidas na escola.

Nesse sentido, não podemos omitir as questões acerca da mulher nos espaços público e privado. A constatação de Saffioti (1987) de que público e privado assumem significados distintos para diferentes grupos de mulheres, especialmente quando se considera que as mulheres vão participar do mercado de trabalho ou vão vivenciar a sua condição dentro do ambiente doméstico de maneira distinta em função das interseccionalidades que estão postas, ajuda a compreender por que essas práticas patriarcais continuam a agir nas instituições privadas e públicas também de uma maneira diferente. A autora (1987) afirma que é a partir dessas avaliações, que essa práxis envolve uma conscientização maior com relação à identidade de gênero, às identidades interseccionais de raça/etnia e de classe. Como também permite analisar melhor como esses “nós” entre gênero, raça/etnia e classe social vão sendo constituídos em função desse antagonismo (homem/mulher), a fim de combater essas desigualdades e trabalhar em prol da constituição de uma sociedade mais igualitária. Saffioti (1987) busca reflexões sobre a opressão da mulher na sociedade capitalista à luz de Simone de Beauvoir, para dizer que,

Neste contexto, e talvez só neste, ganha sentido a afirmação de Simone de Beauvoir de que “é no plano econômico e não no plano sexual que a mulher sofre a opressão”. Na verdade, o que a sociedade capitalista fez não foi senão explicitar um fenômeno presente em todas as sociedades humanas: a dominação do homem sobre a mulher. Por outro lado, é este mesmo tipo de formação social que, permitindo a independência econômica da mulher, ao menos até certo ponto, reduz os efeitos da dominação masculina. Assim, este momento superior de estruturação da sociedade, concomitantemente, eleva à superfície da vida social as relações de assimetria entre os sexos, possibilitando a sua apreensão imediata pelos

agentes da ação, e impele a uma superação dessa assimetria. (Saffioti, 1987, p. 346).

A partir dessa compreensão, é fundamental destacar que o Brasil é um país racista e as mulheres negras têm sua condição agravada pelo que se pode chamar de dupla discriminação: a de gênero e a de raça. A possibilidade dessa afirmação de que o país é racista é relativamente recente e resulta de uma conquista histórica do Movimento Negro Brasileiro, a partir de muitas lutas, debates e embates na sociedade e nas instâncias dos poderes públicos e privados que tem contribuído com a criação de políticas públicas. Contudo, a luta por dados desagregados, por indicadores capazes de expressar aquilo que tão profundamente se vivencia pela população negra não é recente, já percorreu um longo caminho e se sofisticou e são vários os institutos públicos e privados que vêm se ocupando desse tema. Nesse sentido, o conjunto expressivo de estatísticas e outras informações à disposição da sociedade têm sido suficientes para mostrar a operacionalidade de raça e racismo no Brasil, a exemplo de pesquisas e relatórios sobre o *Retrato das Desigualdades de gênero e Raça* (IPEA, 2011), que tem por objetivo disponibilizar informações sobre a situação de mulheres, homens, negros e brancos no Brasil.

Para tanto, apresenta indicadores oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, sobre diferentes campos da vida social, de forma a disponibilizar para pesquisadores/as, estudantes, ativistas dos movimentos sociais e gestores/as públicos um panorama atual das desigualdades de gênero e de raça no Brasil, bem como de suas interseccionalidades. Os indicadores são apresentados tanto para mulheres e homens, negros e brancos, quanto para mulheres brancas, mulheres negras, homens brancos e homens negros (IPEA, 2011, p. 5).

Sobre a questão das desigualdades de gênero e sexualidade, a consolidação de microdesigualdades entre meninas e meninos na escola, Dubet (2001, p.11) comenta que,

De maneira geral, os domínios “privados” e “públicos” continuam bastante distantes e específicos, sexualmente marcados. Quanto mais se refinam os estudos, mais se evidencia a manutenção ou a consolidação de microdesigualdades. Assim, as meninas são as grandes beneficiárias da massificação escolar; mas, ao mesmo tempo em que obtêm melhores resultados que os rapazes, elas não se orientam para carreiras mais rentáveis, sobretudo as de formação científica. Os estudos mostram que as mulheres não ganharam em todas as frentes e que essa incontestável igualdade é “paga” por novas desigualdades, tanto mais insuportáveis por entrarem em choque com uma progressão “objetiva” da igualdade.

No entanto, esse quadro de perversidades e injustiças, muitas vezes, revelado por ter sido interpretado por equívoco ou vinculação ativa ao mito da democracia racial como consequência da pobreza, deixa claro que a questão não é raça, a questão é classe e em situações como essas, a análise de dados desagregados por cor vem derrubar tais visões e explicitar a permanência das desigualdades entre negros e brancos, mesmo nas esferas de pobreza e indigência. Nos lugares onde são medidos índices de pobreza tem evidenciado que os negros são os mais pobres, os mais indigentes entre os pobres, com uma grande vinculação entre raça e pobreza no Brasil e fora dele. É possível observar uma prática de que efetivamente vive-se no Brasil uma sociedade onde o racismo acaba por determinar a classe

social das pessoas. Como também, perceber alguns avanços sociais e econômicos. Porém, os avanços atuais não têm sido suficientes para produzir alterações significativas e imediatas na vida das mulheres negras. Isso se deve principalmente pelas deficiências e limitações das políticas em curso, resultantes das resistências entrepostas pelo racismo, por representantes de interesses contrários, mas também pelas inconsistências técnicas e políticas que essas ações experimentam. Isso direciona para as questões de gênero e suas interseccionalidades com raça/etnia, classe social.

Raça deve ser compreendida como um signo, utilizado para organizar ou classificar categorias de pessoas a partir da cor de suas peles. A discriminação racial é produto de um mundo social que classifica pessoas como inferiores e superiores por meio do critério da cor e outros traços dos indivíduos (Abramovay, 2021, p. 11).

Desse modo, gênero e suas confluências com raça/etnia e classe social tem sido no Brasil, como também na maioria dos países do mundo, um dos conceitos e ferramenta para a explicar a existência das desigualdades no interior das sociedades e nações. De fato, é através da utilização do gênero como marcador das relações sociais e balizador das desigualdades sociais que medidas de reformulações das estruturas sociais e estatais têm sido propostas e empreendidas especialmente a partir da década de 1970. Munanga (2003) explica que, nesse período, etnia é uma nova categoria que foi mobilizada para explicar certos fenômenos socioculturais, mas também que acabaram dialogando com a ideia de raça. Assim, o termo etnia é, muitas vezes, mobilizado para trazer uma roupagem para justificar perspectivas que continuam sendo racistas. Santos e outros autores (2010) chamam a atenção para as diferenças do conceito de raça e etnia, vistos, muitas vezes, como sinônimos e escrevem. Pois, apesar do conceito de raça estar associado ao de etnia, “os termos não são sinônimos. Enquanto raça engloba características fenotípicas, como a cor da pele, a etnia também compreende fatores culturais, como a nacionalidade, afiliação tribal, religião, língua e as tradições de um determinado grupo (p. 123). Entretanto, as formas como as perspectivas de gênero e equidades entre homens e mulheres vem sendo elaboradas e disseminadas não têm sido suficientes para confrontar de modo incisivo ou aprofundado os demais fatores envolvidos na produção de inequidades que atingem mulheres nas várias partes do mundo. O que significa dizer que não levar em conta as diferenças existentes inclusive entre as mulheres, reforça-se o racismo e os demais fatores de exclusão social que transformam a vida de um enorme contingente de mulheres em violência e privação.

Para compreender melhor o que está em discussão aqui, é preciso entender o que é ser uma mulher negra no Brasil e seus significados. As mulheres negras são diferentes umas das outras, são pessoas, indivíduos, portanto, únicas. Ainda assim, são classificadas como grupo, possuem em comum fortes marcas decorrentes da existência do racismo que cria um conceito de hierarquia diverso onde o que se representa como negras é considerado como inferior. Nesse sentido, as desigualdades entre homens e mulheres, meninas e meninos, masculinos e femininos se constroem em diferentes âmbitos sociais e nas distintas instituições, sejam públicos e/ou privados. Nas sociedades racistas, sexistas, misóginas, machistas e lesbofóbicas, os privilégios para um grupo minoritário de sujeitos são construídos de modo que carregam as características tidas como ideais. Os brancos, homens, heterossexuais, os adultos, os que residem nas cidades, especialmente nas regiões de maior

poder econômico, os que não têm deficiência ou qualquer outra característica tida como desvantajosa. Lembrando que, as mulheres negras se inserem nesse grupo e, muitas delas, estão expostas à miséria, à pobreza, à violência, ao analfabetismo, à precariedade de atendimento nos serviços assistenciais, educacionais e de saúde. Pois, trata-se de uma minoria sem acesso aos bens e serviços existentes na sociedade e, em muito, expostas à diferentes formas de violência. Entre as consequências extremas dessa violência está o seu aniquilamento físico, político e social que chega a atingir profundamente as novas gerações. A situação de máxima exclusão pode ser percebida quando se analisa a inserção da população feminina em diferentes campos: social, político e econômico.

O racismo no Brasil é o principal fator de produção de desigualdades entre mulheres e homens e entre mulheres. Para melhorar as condições de vida das mulheres negras, o enfrentamento ao racismo é fundamental, o que significa uma melhoria não apenas em relação às mulheres negras, mas também às mulheres brancas e não brancas. Por outro lado, não reconhecer o papel que o sexismo tem pode fazer com que se reforcem as desigualdades mesmo entre negros ou outros grupos identitários. Sobre isso, a aplicação do conceito da interseccionalidade para retratar que diferentes fatores acontecem de modo simultâneo na vida das pessoas é importante e permite compreender e enfrentar de forma mais precisa as articulações entre gênero e raça uma vez que esses marcadores sociais da diferença não se desenvolvem de modo isolado e não afastam outros fatores passíveis de produzir desigualdades e injustiças na vida cotidiana dessas pessoas. Dessa forma, as ações políticas e os programas voltados para as mulheres negras devem considerar a necessidade de enfrentamento não apenas do sexismo e do racismo, mas também, as inequidades, decorrentes da pobreza, da escolaridade, das condições precárias de saúde, da distância dos grandes centros e das dificuldades de acesso a transporte, diferenças culturais, orientações sexuais, lesbofobia, das necessidades específicas de cada pessoa e demais fatores que interagem na vida dessas mulheres. Por isso, é importante reconhecer a existência da desigualdade na estrutura da sociedade, suas formas de expressão e manifestação e buscar diferentes mecanismos para avançar em direção a uma sociedade mais justa, equânime e igualitária.

No entanto, as desigualdades são persistentes na sociedade brasileira e a desigualdade de gênero é uma delas e, por mais que se tenha elaborado projetos com a finalidade de dissolver o binarismo de gênero, é possível perceber que os avanços não foram ainda suficientes para combater o fenômeno. É preciso considerar que as desigualdades estão firmemente presentes na sociedade, mas é preciso encará-las e descobrir como elas operam, participar de debates e discussão crítica para poder avançar e construir cidadania das mulheres. A participação das mulheres historicamente invisibilizadas no processo social torna-se fundamental para combater esse processo que se mentem como um contínuo de perversidades, feminicídios, preconceitos, discriminação, desigualdades e exclusão. Além de combater discursos universalistas que priorizam a posição em determinado lugar que é masculino, heterossexual, classista, racista.

Finalmente podemos concluir dizendo que à medida em que mulheres encontram determinado lugar na sociedade, frequentam determinados espaços, relacionam-se com outros membros da sociedade, elas constroem uma experiência, uma linguagem e uma maneira de ver o mundo que lhes é própria, interferindo nos processos sociais a partir desse lugar e constroem sua condição humana e cidadania.

## Entrelaçamentos de desigualdades de gênero, raça/etnia e classe social

Para tratar de entrelaçamentos de desigualdades de gênero, raça/etnia e classe social, é fundamental buscar uma breve reflexão sobre os termos diversidade, diferença, igualdade, desigualdade, pois, esses termos têm suscitado muitas discussões conceituais e tem se tornado um assunto recorrente.

Para repensar essa questão é preciso definir gênero a partir de alguns autores que tratam do termo. A decisão aqui foi começar por Scott (1995, p. 75) que explica:

O termo "gênero" torna-se, antes, uma maneira de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, "gênero" tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens.

Scott (1995) ainda afirma que o uso de "gênero" enfatiza um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade. E Nicholson (2000, p. 9), em *Interpretando gênero*, define o termo, afirmando que

Gênero" é uma palavra estranha no feminismo. Embora para muitas de nós ela tenha um significado claro e bem conhecido, na verdade ela é usada de duas maneiras diferentes, e até certo ponto contraditórias. De um lado, o "gênero" foi desenvolvido e é sempre usado em oposição a sexo para descrever o que é socialmente construído, em oposição ao que é biologicamente dado. Aqui, "gênero" é tipicamente pensado como referência a personalidade e comportamento, não ao corpo; "gênero" e "sexo" são, portanto, compreendidos como distintos. De outro lado, "gênero" tem sido cada vez mais usado como referência a qualquer construção social que tenha a ver com a distinção masculino/feminino, incluindo as construções que separam corpos "femininos" de corpos "masculinos".

A definição de gênero de Scott (1995) e Nicholson (2000) contribuem para melhor compreender por que historicamente o termo gênero foi empregado para se referir exclusivamente a macho e a fêmea, considerando o sexo biológico como determinante dessa categoria. Dessa forma, para tratar do termo desigualdades, é preciso dizer de que desigualdade estamos falando. Por isso, para buscar uma definição de desigualdade de gênero procuramos mostrar que é importante pesquisar as raízes históricas para responder por que ainda se vive essa desigualdade entre homens e mulheres dentro da sociedade.

É fundamental entender que em quase todos os países do mundo têm-se uma sociedade patriarcal, baseada na figura do homem e trata a mulher como uma cidadã de segunda classe, menos humana (SAFFIOTTI, 2002) e, além disso, relega historicamente a função da mulher estritamente ao lar. Na visão patriarcal, a função da mulher na sociedade é meramente gerar filhos e cuidar da criação deles. Fora disso, ela não é reconhecida. Isso é uma história de milênios até os dias atuais, o não reconhecimento da mulher.

Para Simone de Beauvoir (1980, p. 9), por exemplo,

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino.

Nesse entendimento, a mulher não tem uma figura biológica, psíquica, nem econômica na sociedade, pois, a fêmea humana é construída no processo de socialização e, a partir dele saberá o que é ser mulher numa estrutura patriarcal. No processo de socialização, homens e mulheres se socializam de maneira diferente e a diversidade perpassa toda uma sociedade, onde as pessoas se reconhecem das mais diversas formas. As identidades são fluídas, variam, modificam-se, são construídas de formas diversas.

Para Dubet (2001), a igualdade de todos é uma norma universal, uma ficção, um postulado que não tem necessidade de ser fundamentado empiricamente: as raças são iguais, os sexos são iguais, os seres humanos são iguais por princípio. Nessa perspectiva, a desigualdade se apresenta como um abismo que dita que um é feito para uma coisa e o outro feito para outra totalmente distinta. Isso reflete em várias esferas, o que leva à exclusão da mulher ou empregam o preconceito de que as mulheres não estarão socializadas para pensar em papéis fora do lar, longe da esfera da criação.

Como também, Saffioti (2004) lembra que a violência contra a mulher sempre existiu no Brasil; aliás, é um fenômeno mundial, que “independe de riqueza e do grau de desenvolvimento da nação, do nível de escolaridade dos envolvidos, do tipo de cultura – ocidental ou oriental -, da religião dominante etc.” (p. 54). Isso não pode ser deixado de lado, pois, antes dos primeiros movimentos de mulheres, estas pertenciam ou ao Estado ou aos outros homens e não a elas mesmas e, nesse sentido, não tinham direito sobre suas escolhas. Ter direito sobre seu corpo, não era uma opção, então, a mulher não pertencia a si mesma, era considerada uma pessoa pública. O acesso a produções científicas e filosóficas era muito restrito e quando uma mulher conseguia participação nesses papéis sociais de produção, era julgada pela sociedade pela forma como se comportava e, no Brasil, a situação da mulher é bem difícil, o brasileiro não é cordial. Ao contrário, a história do país revela uma sociabilidade violenta, cruel, perversa. Ações afirmativas por parte do Estado poderão desempenhar papel positivo na redução da violência contra as mulheres (Saffioti, 2004).

Ao longo da história das sociedades, há inúmeros episódios onde as mulheres eram vistas como bruxas, e, assim, eram consideradas quando tinham outros conhecimentos além do que era padronizado para elas. Aquelas que fugiam do padrão eram punidas. Por isso, muitas não se arriscavam a morrer ou a serem excluídas da sociedade por assumirem papéis que os homens sempre fizeram. A primeira ruptura, ou melhor, tentativa de ruptura foi na primeira onda feminista com as conhecidas sufragistas, na Inglaterra e nos Estados Unidos, no final do século XIX e começo do século XX. A participação das mulheres nos movimentos era para reivindicar principalmente o direito ao trabalho, o direito de votar e o direito a escolher se queriam ou não se casar, pois, até então, era imposto socialmente para as mulheres que elas deveriam se casar e as sufragistas vêm com uma onda feminista que exalta as mulheres pra dizer que não era necessário. As mulheres poderiam fazer as mesmas coisas que os homens e já vinham fazendo a muito tempo, como por exemplo, votar e trabalhar. Daí, a importância de estudar e reconhecer que houve e ainda há desigualdades de

gênero. E, nas últimas décadas as mulheres têm conquistado um significativo espaço na arena política, o que, de certa forma, produz avanços em diferentes campos sociais e políticos.

Em seu artigo “Os limites da igualdade de oportunidades”, Dubet (2012, p. 175) ressalta que

A igualdade de oportunidades muda profundamente as representações da sociedade. As classes sociais são substituídas por grupos que passam a ser definidos com base nas discriminações que sofrem em razão de sua “raça”, de sua cultura, de seu sexo e de seus “handcaps”. Como esses estigmas são negativos, cada um dos atores que denuncia as discriminações afirma simultaneamente uma exigência de reconhecimento que transforma assim o estigma em características positivas, traços culturais e sociais que fundam a diversidade da sociedade.

Na verdade, na sociedade contemporânea, são diversas as tentativas de diferentes movimentos sociais para romper o afastamento entre os grupos sociais por gênero, raça/etnia, classe social, no intuito de, pelo menos, minimizar a distância que separa homens e mulheres, brancos e negros, pobres e ricos, escolarizados e não escolarizados, em matéria de oportunidades. No entanto, os grupos que sofrem preconceitos, discriminação de gênero, raça/etnia, classe social, ainda se encontram em franca desvantagem na ocupação de espaços de poder. Contudo, a busca pelo reconhecimento das desigualdades deve continuar, pois, só a partir daí torna-se possível pensar em mudanças que possam contribuir para a redução dessas desigualdades e exclusão social. Portanto, é importante lembrar que, na segunda onda feminista nos anos 60, com a coparticipação de outros movimentos sociais que estavam surgindo nos Estados Unidos, a exemplo, dos movimentos Panteras Negras, Movimento *Hip* e as feministas dessa década começaram a ver que existiam problemas mais profundos inerentes à mulher dentro da sociedade e esses problemas estavam principalmente nas relações de poder. A partir daí, surgem o alerta para a questão de que mulheres não alcançavam cargos de poder dentro da sociedade e nem tinham voz para isso. Logo, o controle de natalidade veio depois das reivindicações dessa época e, muitas mulheres decidem não ter filhos, e lutar por participação política das mulheres dentro da sociedade ou até mesmo lutar por ocorrências contra a mulher que são muito graves como o direito de não ser abusada, o direito ao seu próprio corpo e outros desafios para a integridade da mulher, sua condição humana e cidadania.

Angela Davis (2016), feminista que surge após essa época, em seu livro *Mulheres, raça e classe* já tinha identificado as relações que ocorrem entre raça, classe e ser mulher na sociedade patriarcal, inclusive observa que uma mulher que tivesse todos esses marcadores, pobre e negra, teria uma intersecção de problemas que estariam influenciando sua vida e não poderia ser descolado da realidade. No Brasil, algumas políticas, como por exemplo, a Lei Maria da Penha reconhece o feminicídio como um crime que atinge apenas as mulheres. E, apesar dos avanços tímidos que já podem ser percebidos, graças a esses movimentos, não dá mais para o homem acreditar que pode ferir, matar uma mulher pelo fato de ser homem e estar numa posição de poder acima dela. A questão de gênero é muito séria, não só no Brasil como no mundo todo. É uma preocupação global, cujas mudanças dependem do reconhecimento histórico de que ainda não se vive numa sociedade perfeita e as mulheres de todas as classes, etnias, gerações tem conquistado o seu lugar no espaço público, com forte presença em diferentes espaços, basta olhar para os postos de gasolina, cinema, teatro,

empresas, as rodovias brasileiras, elas estão por toda parte, ocupando diferentes lugares/espacos. Tudo isso ajuda a compreender melhor de que maneira é possível pensar uma mudança social ou, pelo menos, tentar deixar a sociedade um pouco mais tranquila para as pessoas que estão em grupos menos privilegiados.

Para Silva (2000), as identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença, que ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social. Dessa forma, os sistemas classificatórios são, assim, construídos, sempre, em torno da diferença e das formas pelas quais as diferenças são marcadas. Desse modo, identidade e diferença estão numa relação de estreita dependência, são dois conceitos inseparáveis. No entendimento do autor, embora a diferença seja tomada como um produto derivado da identidade, na verdade, é o contrário. A identidade se constitui na diferença. Tanto a identidade quanto a diferença precisam ser ativamente produzidas. Portanto, podemos dizer que identidade é uma relação social. Sua definição discursiva e linguística está sujeita a vetores de força, relação de poder. Elas não são simplesmente definidas, são impostas, disputadas e na disputa pela identidade, está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. Enfim, a afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o espaço dos diferentes grupos sociais assimetricamente situados de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais.

## **Considerações finais**

A análise sobre “Entrelaçamentos de patriarcado, gênero e desigualdades contra mulheres na escola e sociedade contemporânea” revela a complexidade das relações sociais e estruturais que moldam as experiências nas sociedades humanas e esses elementos estão intrinsecamente entrelaçados, influenciando as formas de oportunidades, os privilégios e os desafios enfrentados por diferentes pessoas e grupos.

O patriarcado, como sistema de poder que privilegia a dominação masculina, continua a permear muitas esferas na sociedade, reforçando estereótipos de gênero e limitando o acesso das mulheres a recursos e posição de liderança e, na sociedade brasileira é fato. A luta contra o patriarcado é muito importante para promover a igualdade de gênero e garantir o pleno reconhecimento dos direitos e capacidades das mulheres em todos os aspectos da vida.

Vê-se, da mesma forma, que a questão racial é importante na análise da desigualdade social, pois, a hierarquia racial construída historicamente tem consequências profundas nas oportunidades de mercado de trabalho, escolaridade, disponíveis para as pessoas de diferentes origens étnicas. O racismo sistêmico persiste na sociedade brasileira, perpetuando a marginalização e a injustiça para comunidades racializadas e minorias étnicas. Para retratar de forma mais precisa, os preconceitos e a discriminação da mulher não são questões apenas subjetivas, pois, fazem parte da realidade concreta das mulheres e se expressam na casa, na rua, no lazer, no trabalho, escola, em toda parte da sociedade e provocam repetição dos fatos, da exclusão no espaço público e privado. Ribeiro (2004, p. 97) discute as “Relações raciais nas pesquisas e processos sociais: em busca de visibilidade para a mulheres negras” e reconhece a interação entre o racismo e o machismo na realidade brasileira, que unidos aumentam a naturalização das desigualdades sociais, tendo como base a construção das diferenças. As relações de gênero (masculino e feminino, homem e mulher) se embasam em

confronto de poderes no espaço público e privado, resultando em vivências hierarquizadas, autoritárias, entre os dois eixos, em que a mulher ocupa uma posição inferior, de dominação-subordinação e exclusão. Além disso, é essencial reconhecer as interseções entre patriarcado, gênero, raça/etnia e classe social.

Mulheres negras, por exemplo, enfrentam desafios únicos devido à sua posição em uma interseção de opressões, enfrentando discriminação de gênero e racial simultaneamente. Portanto, abordar questão de gênero de forma isolada é insuficiente. A abordagem interseccional é necessária para entender e enfrentar as complexas dinâmicas de poder que moldam a vida das pessoas e quando nos deparamos com a questão da mulher negra na sociedade brasileira, intensifica-se o quadro das desigualdades e opressão, sendo intercruzadas as questões de gênero e raça (Ribeiro, 2004).

Afinal, para avançar em direção a sociedades mais justas e inclusivas, é imperativo dismantelar as estruturas de poder patriarcais e raciais que perpetuam desigualdades. Isso requer um compromisso coletivo com a justiça social, políticas inclusivas e a promoção de uma cultura de respeito e igualdade. Somente através de esforços contínuos e multifacetados, podemos alcançar uma verdadeira equidade de gênero, liberdade racial e justiça para todas as pessoas.

## Referências

ABRAMOVAY, Miriam. **Violências nas escolas: Programa de Prevenção à violência nas escolas**. 2. ed. Brasília, DF: Flacso Brasil, 2021.

BALBINOTTI, Isabele. A violência contra a mulher como expressão do patriarcado e do machismo. **Revista da Esmesc**, v. 25, n. 31, p. 239-264, 2018.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BUENO, Silveira. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 3. ed. São Paulo: FTD, 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, Marília Pinto de. Sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero. **Educação e Pesquisa**, v. 29, n. 1, jun. p. 185-193, 2003.

CARVALHO, Marília Pinto de. “Mau aluno, boa aluna? Como os professores avaliam meninos e meninas”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 554-574, 2001.

CONNELL, Robert William; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos feministas**, Florianópolis, 21, jan.-abr., p. 241-282, 2013.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo, Boitempo Editorial, 2016.

DUBET, François. As desigualdades multiplicadas. **Revista Brasileira de Educação**, n. 17, maio-ago., p. 5-19, 2001.

DUBET, François. Os limites da igualdade de oportunidades. **Cadernos Cenpec**, São Paulo, v. 2, n. 2, dez., p. 171-179, 2012.

GAIOLI, Fábio Martins; BRANCALEONI, Ana Paula Leivar. A força do silêncio: sexualidade e gênero na formação de professores no interior paulista. **Revista Eletrônica de Educação**, v.15, jan.-dez., p.1-20, e4306078, 2021.

GILROY, Paul. **Entre campos: nações, cultura e o fascínio das raças**. São Paulo: Annablume, 2007.

hooks, bell. **The Will to Change: Men, Masculinity, and Love**. New York: Atria Books, 2004. Disponível em: <https://medium.com/enugbarijo/compreendendo-o-patriarcado-por-bell-hooks-3a0f73f5e5f8>. Acesso em: 04 jan. 2023.

KENDI, Ibram X. **Como ser antirracista**. Tradução Edite Siegert. Rio de Janeiro: Altacult Editora, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Segredos e mentiras do currículo. Sexualidade e gênero nas práticas escolares. *In: SILVA, Luiz Heron da (Org.). A escola cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988. p. 33-47.

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola**. Tradução Ana Venite Fuzzato. São Paulo: Moderna; Campinas, SP: Unicamp, 1999. (Educação em pauta: escola e democracia)

MUNANGA, Kabenguele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *In: Seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB*. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/09abordagem.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

NICHOLSON, Linda. Interpretando gênero. **Estudos feministas**, ano 8, 2º semestre, p. 9-41, 2000.

PINHEIRO, Luana et al. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM, Presidência da República, Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher - ONU Mulheres, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4. ed. Brasília, DF: IPEA, 2011.

REZENDE, Andréia Botelho de; CARVALHO, Marília Pinto de. CARVALHO, Marília Pinto de (Org.). **Diferenças e desigualdades na escola**. Campinas, SP: Papyrus, 2012. p. 39-73.

RIPPON, Gina. **Gênero e os nossos cérebros**. Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2021.

SAFFIOTI, Heleieth Lara Bongiovani. Gênero e patriarcado: violência contra a mulher. *In: VENTURINI, Gustavo; RECAMAN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de (orgs.). A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 43-59.

SAFFIOTTI, Heleieth Lara Bongiovani. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTTI, Heleieth Lara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, Diego Junior da Silva [*et al.*] Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar. **Dental Press Journal of Orthodontics**, v. 15, n. 3, may-june, p. 121-124, 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 71-79, 1995.

SILVA, Sérgio Gomes da. Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 30, n. 3, p. 556-571, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SOUZA, Edinilsa Ramos de. Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. **Ciências & Saúde Coletiva**, v. 10, n.1, jan. – mar., p. 59-70, 2005.

STEARNS, Peter. **História das relações de gênero**. Tradução Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2007.